

KARL ALBERT, *Einführung in die Philosophische Mystik*, Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1996, 228 p.

A arquitetura da obra é transparente e perfeitamente articulada. Consta de três partes. Na primeira são analisados cinco dimensões ou momentos da experiência superior, própria da "Mística Filosófica", unidade, presença, felicidade, amor, morte, que põem o espírito humano em contato com o ser como realidade última e unificante. Em seguida o autor examina alguns conceitos que nas várias culturas e tradições, com conotações diversas, exprimem no fundo esta mesma e única experiência: Tao, Atman, Hen, Ser, Deus. A terceira parte é dedicada, finalmente, à articulação sistemática da realidade, segundo diversos pontos de vista, à luz da experiência fundante do ser e em função dos conceitos acima mencionados. Tais são a Metafísica, Noética, Ética, Estética e Pedagógica. Ao longo de sua exposição o autor aborda com segurança questões de grande transcendência, como a da relação entre linguagem e conhecimento e da possibilidade de experiências cognitivas inefáveis ou também a da validade de um pensamento sistemático da realidade.

Entretanto, o título da obra não me parece exato e esclarecedor; o que tem a ver com a própria concepção do

autor. Ele considera a "Mística Filosófica", de modo, a meu ver, pouco coerente e convincente, como uma disciplina filosófica especial (como seria a "Filosofia da Linguagem" ou a "Antropologia Filosófica"). Nesta perspectiva, desenvolve na última parte do livro, como vimos, um esboço sistemático desta "Mística Filosófica", constituído das cinco seções já indicadas. É claro, porém, que se trata de uma apresentação do conjunto da Filosofia (várias disciplinas filosóficas, correspondentes a diversos setores da realidade), considerada de um ponto de vista especial, i.e. enquanto fruto de uma experiência supra-racional (superior à distinção sujeito-objeto) do ser como fundamento da unidade de toda a realidade (dos entes). Na verdade o próprio autor, embora insistindo na idéia de uma disciplina filosófica especial, admite que a expressão "Mística Filosófica", como ele a usa, corresponde também a um estilo de pensar (*Denkrichtung*) e a uma tendência na história da Filosofia de todos os tempos e tradições (não só ocidental, mas também chinesa e hindu). Mesmo neste sentido, a expressão parece-me ambígua e inadequada, já que o termo "mística" tem uma conotação religiosa praticamente incontornável, que a especificação "filosófica" não basta para eliminar, constituindo antes um fator de obscuridade e confusão. Na verdade, o autor entende "mística"

como a experiência da superação da dualidade sujeito-objeto na unidade do ser, mas nunca define a “mística religiosa”, enquanto contradistinta, como ele mesmo a considera, da “mística filosófica”. Esta não coincidiria também com a “mística especulativa” enquanto reflexão teórica e sistemática, feita pelo próprio místico, sobre sua experiência religiosa. Portanto, o tema do livro seria, a meu ver, expresso mais claramente como “a dimensão mística do pensamento filosófico // do filosofar // da filosofia” ou, evitando o termo “mística”, como “a experiência supra-racional da unidade do ser como fundamento do filosofar”. É importante notar que o autor, ao falar de “mística”, com razão, não se refere a uma experiência transcendental do ser, atemática, implícita em toda atuação do espírito humano, mas a experiências singulares, mais ou menos raras, que superam o nível da experiência quotidiana, como o cimo da atuação do espírito humano.

O livro se recomenda pela clareza da exposição e pela importância e oportunidade do tema no âmbito da discussão filosófica. Poderá interessar especialmente àqueles que buscam uma compreensão mais abrangente do pensar filosófico, não aceitando a sua redução à análise lingüística ou a qualquer processo meramente racional.

João A. Mac Dowell

PIERRE-JEAN LABARRIÈRE — *Hegel: Phénoménologie de l'Esprit* (col. Philo-oeuvres, dir. Jean-Pierre Zarader), Paris, Ellipses-Éditions Marketing, 1997, 64 pp.

Eis aí uma coleção original na sua concepção, extremamente prática no seu uso e sumamente útil a todo estudioso ou mesmo leitor comum interessado no conhecimento das grandes obras que vem assinalando o caminho da História da Filosofia. Em relativa-

mente poucas páginas todas as informações essenciais necessárias a uma leitura proveitosa de um texto filosófico célebre são transmitidas ao leitor, de sorte a torná-lo apto a compreender e acompanhar as motivações teóricas, o desenvolvimento e a articulação das idéias mesmo em autores proverbialmente obscuros como Hegel. É claro que uma iniciação como esta, que deve conciliar a exatidão rigorosa, a clareza e a extrema condensação só pode ser confiada a um especialista para o qual a obra em questão não tenha mais segredos. É o caso da magistral apresentação da *Fenomenologia do Espírito* que estamos apreciando. Dela se encarregou um dos melhores conhecedores atuais da obra hegeliana, cujos estudos na exegese e interpretação dos textos de Hegel são doravante referências indispensáveis na bibliografia hegeliana (a propósito, ver *Síntese* 79 (1997): 561-566).

O livro se divide em três partes: 1. Apresentação da obra; 2. Textos comentados; 3. Vocabulário. Toda a maestria de Pierre-Jean Labarrière se exerce em fazer de cada uma dessas partes vias de acesso à leitura do texto de Hegel, vias que se encontram e se complementam numa visão de conjunto que abrange: 1. o contexto histórico em que o livro foi escrito, seu lugar no conjunto da obra hegeliana, a estrutura e o movimento dialético que articula os seus momentos; 2. a seleção dos trechos-chave que permitem seguir a lógica do discurso, acompanhada de um comentário sóbrio e de exemplar clareza; 3. um vocabulário de 41 termos (no original alemão e na versão francesa proposta por Jarczyk-Labarrière na sua recente tradução da *Fenomenologia*, Gallimard, 1993), brevemente explicados. Uma pequena e bem selecionada bibliografia acompanha este excelente instrumento de trabalho. A *Fenomenologia do Espírito*, sem dúvida uma das mais geniais e inovadoras obras de toda a História da Filosofia é,

reconhecidamente, uma porta de entrada obrigatória não somente ao pensamento hegeliano da maturidade mas a toda a filosofia pós-hegeliana. Com esse guia de leitura de Pierre-Jean Labarrière, útil complemento ao *Roteiro* publicado entre nós por Paulo Meneses na coleção *Filosofia* (2a. ed., Loyola, 1992), essa porta fica inteiramente aberta ao leitor brasileiro interessado.

Esperemos que algum editor entre nós se disponha a publicar a tradução dos opúsculos dessa coleção *Philo-Oeuvres*. Seria uma iniciativa extremamente bem-vinda.

Henrique C. de Lima Vaz

PETER BURKE, *A escola dos Annales* (1929, 1989): *a revolução francesa da historiografia*, São Paulo: Editora da UNESP, 1992, 154 p.

JOSÉ CARLOS REIS, *Annales: a renovação da história*, Ouro Preto: Editora da UFOP, 1996, 139 p.

Dois livros tematicamente aparentados, e que quase se confundem pelo conteúdo de seus títulos. E as semelhanças não se esgotam nisso. A concepção geral das duas obras converge numa distribuição quase idêntica das matérias em análise. O período abordado é praticamente o mesmo. Os autores tencionam traçar um quadro amplo do desenvolvimento da chamada Escola dos *Annales*, desde os tempos de seus heréticos pais fundadores — pela explosão inovadora de suas idéias em meio a um ambiente intelectual conservador —, Lucien Febvre e Marc Bloch, até o final da década de 80.

Na verdade, esta é a intenção maior de Burke e Reis, que acabam por estender o que seda o projeto de uma história

circunscrita dos *Annales*. Escrever uma história dos *Annales* partindo somente de seus fundadores seria fazer uma “história de pernas curtas”, como diria o próprio Lucien Febvre. Ao tentarem compreender o conteúdo “revolucionário” da história proposta por Febvre e Bloch, alargam o foco da pesquisa, descendo ao leito complexo do pensamento filosófico, da sociologia e da história, da forma como eram concebidas estas disciplinas no século 19, o que Peter Burke chama — para esta última área —, de “o Antigo Regime da historiografia”. Nesse percurso, Burke e Reis estabelecem as “genealogias”, febvriana e blochiana, identificando as raízes mais profundas das filiações teóricas e metodológicas dos fundadores, para explicar de que forma foram absorvidas e de que modo atuaram as influências recebidas em meio aos primeiros “debates e combates” travados na luta pela elaboração de uma história renovada.

Outra convergência dos textos: analisam as obras mais importantes, Os maiores “monumentos” erguidos pelos *Annales*, como *Os Reis Taumaturgos*, de Bloch, *O problema da descença* (...), de Febvre, *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo* (...), de Braudel, *Camponeses do Languedoc*, de Le Roy Ladurie, entre outros. Ambos percorrem as “três gerações” dos *Annales*, sendo que Reis pretende avançar este quadro, levando a pensar numa “quarta geração” surgida do *tounant critique* de 1988.

Entretanto, apesar de algumas semelhanças de superfície, trata-se de textos acentuatadamente distantes um do outro. Com efeito, as obras de Burke e Reis são ótimos exemplos de como pesquisadores que se debruçam sobre um mesmo objeto podem obter resultados desiguais, podem chegar a respostas convergentes ou divergentes, sem que necessariamente uma delas esteja incorreta ou deva ser refutada. Abandona-

das as exageradas pretensões científicas na história, o que conta para um bom resultado da pesquisa é o seu “questionário”, ou seja, o programa do pesquisador, o grau de complexidade de suas perguntas, o amadurecimento intelectual de seu projeto, como, a propósito, enfatiza Reis. Não que os dois trabalhos destoem quanto à qualidade e rigor, antes pelo contrário.

A diferença está em outra parte, isto é, no calibre da discussão, no fôlego e na disposição em discutir amplamente as matérias. Se os autores seguem um roteiro semelhante, como foi ressaltado, existem sensíveis disparidades na estratégia de seu desenvolvimento. Não há dúvida de que o livro de Burke é mais leve, de leitura mais fácil, muito mais dinâmico e povoado de personagens que fizeram e ainda fazem a história da historiografia de nosso tempo. Por outro lado, o livro do professor Reis é mais teórico, mais “sísudo”, e bem mais compacto. Acerca desse aspecto, vale ressaltar que aquilo que Burke discute em dois ou três parágrafos, de maneira quase alusiva, Reis desenvolve em diversas páginas. Para ficar em alguns poucos exemplos, basta comparar o tratamento que recebem as influências fecundas de Max Weber, Émile Durkheim, François Simiand e Henri Berr. Em média, sete ou oito páginas de análise profunda para cada um!

Desse modo, seria o caso de indagar: em dois livros que têm o propósito comum de informar sobre uma mesma questão, de onde vem o descompasso? A resposta para isso talvez possa ser encontrada no “espírito” de cada obra, na intenção de cada autor, naquilo que se refere ao público-alvo que eles tinham em mente como destinatário de seus textos.

Ora, o livro de Peter Burke é quase uma obra de circunstância, no sentido de se voltar claramente para o grande mercado editorial — no que, aliás, teve bas-

tante êxito —, numa área em que, apesar da presença de alguns títulos consagrados, ainda há um considerável vazio de textos dessa natureza. Poderia se objetar que o livro em questão foi publicado por uma editora universitária, preocupada em destinar obras de grande valor acadêmico para um público restrito. Contudo, a Editora da UNESP há anos já está inserida no circuito comercial das grandes editoras nacionais, desempenhando, diga-se de passagem, um papel brilhante.

Já o livro de Reis é extrato de tese, escrita para atender a uma rigorosa banca examinadora européia, visto que seu trabalho foi defendido na Universidade Católica de Louvain, sem querer dizer com isto que as bancas nacionais sejam pouco rigorosas. E sobre este aspecto, o autor não se preocupou nem um pouco em “aliviar” o seu texto das necessárias mas sempre pouco agradáveis arestas acadêmicas, em destitui-lo de suas feições de tese, em esvaziá-lo de pelo menos uma parte de sua densidade doutoral, premeditando atingir um público mais amplo, muito provavelmente desamparado de suficientes dados para digerir informações transmitidas num nível tão elevado. Limitou-se em nos conceder uma versão em português, incorporando as indigestas citações e referências bibliográficas no corpo do texto. Mas, pensando melhor, esta pode ser uma opção legítima do autor, que não faz concessões a certas “profanações”, igualmente legítimas, do grande mercado editorial. Se não conhecesse a história da obra, seus percalços e peripécias, teria sérias dúvidas de que editoras comerciais aceitassem publicá-la, no formato como se encontra pela Editora Universitária da UFOP.

Nesse ponto, a obra de Burke é mais feliz. Seu texto, sem a menor pretensão de desmerecer o livro, é material paradidático — com direito até a Glossário —, para aqueles que passaram por François Dosse, H. Coutau-Bégarie, Guy

Bourdé e Hervé, Martin, sem esquecer o livro-dicionário organizado por Jacques Le Goff, Roger Chartier e Jacques Revel. Apesar de seu desenvolvimento quase telegráfico, ou melhor, o seu tratamento bastante ligeiro dos temas enfocados, o autor atinge seu principal objetivo: dar a conhecer o “regime” historiográfico que havia antes dos *Annales*, o impacto e a influência da obra de Febvre e de Bloch, a recepção internacional dos *Annales*, até fins dos anos 80, passando pelas “gerações” intermediárias em trajetórias breves mas muito bem tecidas, com destaque para a atuação e o lugar de Fernand Braudel.

E o que nos oferece o livro de Reis? O mesmo que a obra de Burke. Mas com análises mais extensas, o que não deixa de ser um importante diferencial. Um bom exemplo disso é o quadro que o autor traça sobre a “contaminação” da história pelas ciências sociais, e com vantagens sobre Burke, pois não se limita a estabelecer influências e filiações teóricas: explicita metódica e pormenorizadamente cada sistema teórico, para, ato contínuo, identificar os seus pontos de enraizamento junto à história. Aí está, com certeza, o seu maior mérito. Além de uma erudita exposição do desenvolvimento da historiografia francesa, o livro de Reis constitui-se ainda numa competente e bem informada aula de metodologia da história,

posto que orienta sobre as especificidades da pesquisa histórica, suas dificuldades e riscos.

Apesar da identidade temática, de uma certa coincidência no desenvolvimento do texto, bem como pela presença dos mesmos personagens e algumas referências bibliográficas cruzadas, as duas obras têm poucos traços em comum. Trata-se de pesquisas que chegam a resultados bem diferentes, porque desde seu ponto de partida perseguiram fins muito diversos. Acentua-se a disparidade principalmente porque são textos de níveis teóricos claramente distintos, o que para o leitor interessado nessa matéria é muito favorável: terá acesso a duas visões, a duas formas personalizadas de tratamento de um só problema. Mas, fora de qualquer dúvida, ao transformarem uma área importante da historiografia contemporânea em objeto de análise, tarefa sumamente espinhosa, cada trabalho desempenha com valor a sua meta: colaborar para a ampliação do conhecimento de um tema mais que relevante. Em síntese, dois livros inteligentes sobre uma questão a um só tempo complexa e fascinante.

*Marcos Antônio Lopes*